

**FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA
RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN**

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN

Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo	Páginas
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	3
Demonstrações contábeis	
Balancos patrimoniais	8
Demonstração da mutação do patrimônio social	9
Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios	10
Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios.....	11
Demonstração do plano de gestão administrativa	12
Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios	13
Notas explicativas as demonstrações contábeis	14

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Conselheiros da

FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN (“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 43/2021) em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Entidade e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Privatização da Patrocinadora e continuidade operacional

Conforme descrito na nota explicativa no. 1.2, no exercício de 2023 a patrocinadora Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan foi privatizada, deixando de ser uma empresa de economia mista. Em consequência a privatização, a regulação jurídica da Fundação Corsan deixou de ser regida pela Lei Complementar 108/2001 e passou a ser regulada exclusivamente pela Lei Complementar 109/2001 e legislações complementares. Sendo assim, durante o exercício de 2024 foi encaminhado para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (“PREVIC”) uma proposta de alteração estatutária, a qual foi aprovada em 18 de fevereiro de 2025, por meio da portaria PREVIC nº 162. Até a emissão de nosso relatório não havia mais informações disponíveis sobre eventuais efeitos na estrutura de governança e processos internos, bem como sobre a continuidade operacional da Fundação Corsan. As demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Fundação Corsan. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

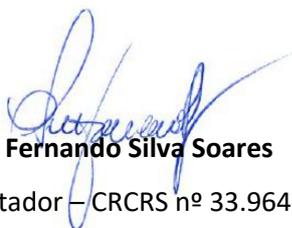
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de

auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 12 de março de 2025.



Luiz Fernando Silva Soares

Contador – CRCRS nº 33.964

Taticca Auditores Independentes S.S.

CRC RS nº 009308/F

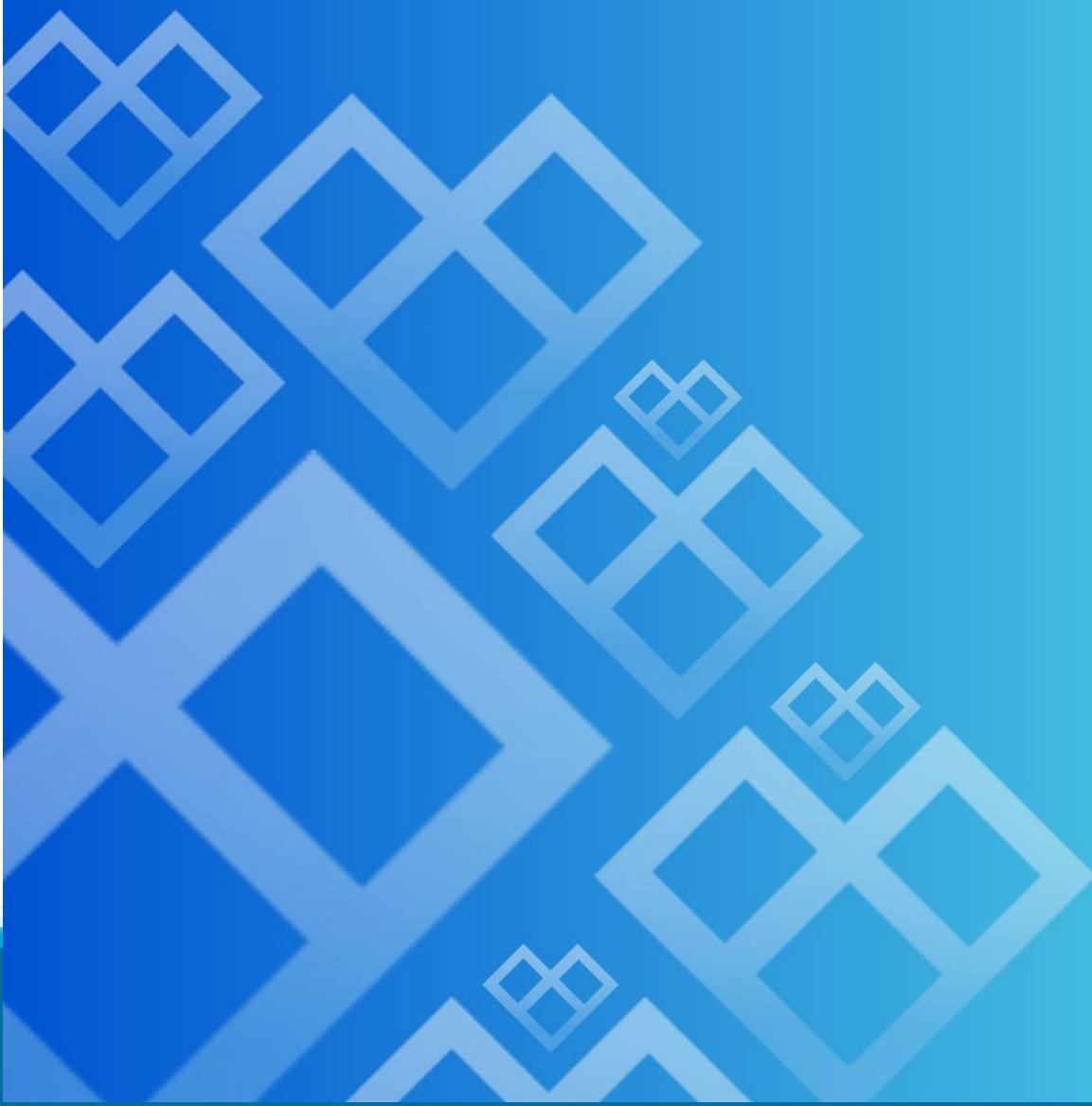
CVM 12.220



FUNCORSAN

Seu futuro mais presente.

**BALANÇO
PATRIMONIAL 2024**



DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Neste item, evidenciaremos as tabelas demonstrativas contábeis, referentes ao exercício de 2024, apresentados em moeda corrente das respectivas datas. Cabe salientar que as notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis a seguir.

Valores Expressos em R\$ Mil

I - BALANÇO PATRIMONIAL EM DEZEMBRO DE 2024

CONSOLIDADO

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

CNPJ: 89.176.911/0001-88

Descrição	Nota	Exercício 2024	Exercício 2023	Descrição	Nota	Exercício 2024	Exercício 2023
Ativo				Passivo			
Disponível		141	476	Exigível operacional	3.5	56.096	61.996
Realizável		2.477.266	2.571.530	Gestão Previdencial		53.402	59.240
Gestão Previdencial	4	410.294	410.296	Gestão Administrativa		1.708	1.748
Gestão Administrativa	5	4.247	4.255	Investimentos		986	1.008
Investimentos	6	2.062.725	2.156.979	Exigível contingencial	7	66.863	56.028
Títulos Públicos	6.3	1.411.716	1.310.028	Gestão Previdencial		27.224	31.759
Fundos de Investimentos	6.4	538.929	708.444	Gestão Administrativa		107	344
Investimentos Imobiliários	6.6	82.556	89.113	Investimentos		39.532	23.925
Empréstimos e Financiamentos	6.7	21.039	27.707	Patrimônio Social		2.355.246	2.454.480
Depósitos Judiciais/Recurais	6.8	8.485	3.300	Patrimônio de Cobertura do Plano	8	2.341.167	2.439.780
Recursos a Receber - Precatórios	6.9	0	18.387	Provisões Matemáticas	8.1	2.612.499	2.594.173
Imobilizado e Intangível	3.4	798	498	Benefícios Concedidos	8.1.1	2.490.592	2.277.350
Imobilizado		519	274	Benefícios a conceder	8.1.2	448.672	703.759
Intangível		279	224	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	8.1.3	(326.765)	(386.936)
				Equilíbrio Técnico	8.2	(271.332)	(154.393)
				Resultados Realizados		(271.332)	(154.393)
				(-) Déficit Técnico Acumulado		(271.332)	(154.393)
				Fundos	9	14.079	14.700
				Fundos Administrativos		13.671	14.387
				Fundos para Garantia das operações com participantes		408	313
Total do Ativo		2.478.205	2.572.504	Total do Passivo		2.478.205	2.572.504

Homero José Batista
Diretor Superintendente
CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski
Diretor Financeiro e
Administrativo
CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt
Diretor de Previdência
CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio
Contador
CRC/RS 57.807/O-4
CPF: 653.122.870-91

II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – DMPS EM DEZEMBRO DE 2024

CONSOLIDADO

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

CNPJ: 89.176.911/0001-88

Descrição	Exercício 2024	Exercício 2023	Varição (%)
A) Patrimônio Social - Início do exercício	2.454.480	1.974.261	24,32
1. Adições	304.325	822.399	(63,00)
(+) Contribuições Previdenciais	171.047	539.031	(68,27)
(+) Atualização de Depósitos Judiciais/Recursais	509	-	-
(+) Outras Adições Previdenciais	38	-	-
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	116.781	266.682	(56,21)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	4.536	-	-
(+) Receitas Administrativas	10.288	15.440	(33,37)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	1.031	1.246	(17,26)
(+) Constituição de Fundos para Garantia das Operações com Participantes	95	-	-
2. Deduções	(403.559)	(342.180)	17,94
(-) Benefícios	(277.260)	(246.548)	12,46
(-) Resgates	(97.495)	(75.050)	29,91
(-) Portabilidade	(6.921)	(3.037)	127,89
(-) Outras Destinações	(2.610)	(850)	207,06
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(7.238)	-	-
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(1.631)	(100,00)
(-) Despesas Administrativas	(12.033)	(14.759)	(18,47)
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(2)	(238)	(99,16)
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	-	(67)	(100,00)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(99.234)	480.219	(120,66)
(+/-) Provisões Matemáticas	18.326	417.889	(95,61)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(116.939)	60.708	(292,63)
(+/-) Fundos Administrativos	(716)	1.689	(142,39)
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	95	(67)	(241,79)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	2.355.246	2.454.480	(4,04)

Homero José Batista

Diretor
Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de Previdência

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 653.122.870-91

III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – DMALPB - EM DEZEMBRO DE 2024

CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

CNPJ: 48.306.597/0001-23

Descrição	Exercício	Exercício	Variação (%)
	2024	2023	
A) Ativo Líquido - início do exercício	2.439.780	1.961.183	24,40
1. Adições	289.045	812.018	(64,40)
(+) Contribuições	174.419	545.336	(68,02)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	109.543	266.682	(58,92)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	4.536	-	-
(+) Atualização Depósitos Judiciais	509	-	-
(+) Outras Adições	38	-	-
2. Destinações	(387.658)	(333.421)	16,27
(-) Benefícios	(277.260)	(246.548)	12,46
(-) Resgates	(97.495)	(75.050)	29,91
(-) Portabilidade	(6.921)	(3.037)	127,89
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	(1.631)	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	(3.372)	(6.305)	(46,52)
(-) Outras Destinações	(2.610)	(850)	207,06
3. Acréscimo / Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(98.613)	478.597	(120,60)
(+/-) Provisões Matemáticas	18.326	417.889	(95,61)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(116.939)	60.708	(292,63)
B) Ativo Líquido - final do Exercício (A+3)	2.341.167	2.439.780	(4,04)
C) Fundos não Previdenciais	(620)	1.756	(135,31)
(+/-) Fundos Administrativos	(715)	1.689	(142,33)
(+/-) Fundos para Garantia das Operações com Participantes	95	67	41,79

Homero José Batista

Diretor
Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de Previdência

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 653.122.870-91

IV - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS – DALPB EM DEZEMBRO DE 2024

CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

CNPJ: 48.306.597/0001-23

Descrição	Exercício 2024	Exercício 2023	Varição (%)
1. Ativos	<u>2.475.359</u>	<u>2.569.634</u>	<u>(3,67)</u>
Disponível	87	445	(80,45)
Recebível	422.936	423.907	(0,23)
Investimentos	<u>2.052.337</u>	<u>2.145.282</u>	<u>(4,33)</u>
Títulos Públicos	1.411.716	1.310.028	7,76
Fundos de Investimentos	528.541	696.747	(24,14)
Investimentos em Imóveis	82.556	89.113	(7,36)
Operações com Participantes	21.039	27.707	(24,07)
Depósitos Judiciais/Recurais	8.485	3.300	157,12
Recursos a Receber - Precatórios	-	18.387	(100,00)
2. Obrigações	<u>(121.143)</u>	<u>(121.930)</u>	<u>(0,65)</u>
Operacional	(54.387)	(66.246)	(17,90)
Contingencial	(66.756)	(55.684)	19,88
3. Fundos não Previdenciais	<u>(13.049)</u>	<u>(13.924)</u>	<u>(6,28)</u>
Fundos Administrativos	(12.641)	(13.611)	(7,13)
Fundos para Garantia de Operações com Participantes	(408)	(313)	30,35
5. Ativo Líquido (1-2-3)	<u>2.341.167</u>	<u>2.433.780</u>	<u>(3,81)</u>
Provisões Matemáticas	2.612.499	2.594.173	0,71
Superávit/Déficit Técnico	(271.332)	(154.393)	75,74
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-	-	-
a) Equilíbrio Técnico	(271.332)	(154.393)	75,74
b) (+/-) Ajuste de Precificação	207.030	210.956	(1,86)
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	<u>(64.302)</u>	<u>56.563</u>	<u>(213,68)</u>

Homero José Batista

Diretor
Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de Previdência

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 653.122.870-91

V - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA EM DEZEMBRO DE 2024

CONSOLIDADO

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

CNPJ: 89.176.911/0001-88

Descrição	Exercício 2024	Exercício 2023	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	14.387	12.698	13,30
1. Custeio da Gestão Administrativa	11.319	16.686	(32,16)
1.1 Receitas	11.319	16.686	(32,16)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.372	6.305	(46,51)
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.222	6.329	(1,69)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	672	806	(16,63)
Receitas Diretas	22	2000	(98,90)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.031	1.246	(17,26)
2. Despesas Administrativas	(12.033)	(14.759)	(18,47)
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	(12.034)	(14.759)	(18,46)
Pessoal e Encargos	(7.537)	(9.816)	(23,22)
Treinamentos / Congressos e Seminários	(25)	(41)	(39,02)
Viagens e Estadias	(2)	(22)	(90,91)
Serviços de Terceiros	(3.184)	(3.402)	(6,41)
Despesas Gerais	(792)	(1.025)	(22,73)
Depreciações e Amortizações	(254)	(213)	19,25
Tributos	(240)	(240)	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(2)	(238)	(99,16)
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	(716)	1.689	(142,39)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	(716)	1.689	(142,39)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	13.671	14.387	(4,98)

Homero José Batista

Diretor
Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de Previdência

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 653.122.870-91

VI - DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS – DPTP EM DEZEMBRO DE 2024

CÓDIGO PREVIC: 19.790.038-74

EFPC: FUNDAÇÃO CORSAN

CNPJ: 48.306.597/0001-23

Descrição	Exercício 2024	Exercício 2023	Varição (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	<u>2.462.717</u>	<u>2.556.025</u>	<u>(3,65)</u>
1. Provisões Matemáticas	<u>2.612.499</u>	<u>2.594.173</u>	<u>0,71</u>
1.1. Benefícios Concedidos	<u>2.490.592</u>	<u>2.277.350</u>	<u>9,36</u>
Benefício Definido	2.490.592	2.277.350	9,36
1.2. Benefícios a Conceder	<u>448.672</u>	<u>703.759</u>	<u>(36,25)</u>
Benefício Definido	448.672	703.759	(36,25)
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	<u>(326.765)</u>	<u>(386.936)</u>	<u>(15,55)</u>
(-) Equacionamento de déficit a integralizar	<u>(326.765)</u>	<u>(386.936)</u>	<u>(15,55)</u>
(-) Patrocinadora(s)	(32.367)	(59.167)	(45,30)
(-) Participantes	(55.089)	(94.499)	(41,70)
(-) Assistidos	(239.309)	(233.270)	2,59
2. Equilíbrio Técnico	<u>(271.332)</u>	<u>(154.393)</u>	<u>75,74</u>
2.1. Resultados Realizados	<u>(271.332)</u>	<u>(154.393)</u>	<u>75,74</u>
(-) Déficit Técnico Acumulado	(271.332)	(154.393)	75,74
3. Fundos	<u>408</u>	<u>313</u>	<u>30,35</u>
3.1 Fundos para Garantia das Operações com Participantes - Gestão Previdencial	408	313	30,35
4. Exigível Operacional	<u>54.386</u>	<u>60.248</u>	<u>(9,73)</u>
4.1. Gestão Previdencial	53.402	59.240	(9,85)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	984	1.008	(2,38)
5. Exigível Contingencial	<u>66.756</u>	<u>55.684</u>	<u>19,88</u>
5.1 Gestão Previdencial	27.224	31.759	(14,28)
5.2 Investimentos – Gestão Previdencial	39.532	23.925	65,23

Homero José Batista

Diretor
Superintendente

CPF: 310.106.520-87

Adimilson Luiz Stodulski

Diretor Financeiro e
Administrativo

CPF: 560.601.140-91

Gilmar Antonio Arnt

Diretor de Previdência

CPF: 407.143.810-04

Baiard Silva Ozorio

Contador
CRC/RS 57.807/O-4

CPF: 653.122.870-91

**FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE
SANEAMENTO – CORSAN – CNPJ: 89.176.911/0001-88**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS)**

As notas explicativas auxiliam a compreensão e a interpretação da situação patrimonial e das transações da Entidade, subsidiam a avaliação do desempenho da gestão e detalham outros fatos considerados relevantes.

As notas explicativas a seguir são apresentadas em forma de texto, gráficos, quadros de detalhamento ou ainda outras demonstrações contábeis, considerando informações de natureza financeira, econômica e atuarial, entre outras.

1. A FUNDAÇÃO CORSAN E SUAS ATIVIDADES

1.1. Estrutura jurídica e objetivos

A Funcorsan fundamenta-se como uma sociedade civil sem fins lucrativos com caracterização jurídica de Entidade Fechada de Previdência Complementar Multipatrocinada, constituída sob a forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan e autorizada a funcionar pelo Ministério da Previdência e Assistência Social em 26 de novembro de 1979, iniciando suas atividades em 1º de junho de 1980.

Estatutariamente, seus objetivos consistem em administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária.

1.2. Privatização da Patrocinadora e o Contexto Legal

O regime de previdência complementar fechado tem nas Leis Complementares 108 e 109 de 29 de maio de 2001 sua principal legislação. A Lei Complementar n.º 108/2001 dispõe sobre a relação dos órgãos públicos de todas as esferas - Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal - com suas entidades fechadas de previdência complementar, enquanto a Lei Complementar n.º 109/2001 trata das regras gerais tanto para previdência complementar

aberta quanto fechada, regulamentando o art. 202 da Constituição Federal. Ambas as legislações estabelecem normas e diretrizes para a organização e funcionamento dessas entidades, visando garantir a segurança e a solidez dos planos de previdência complementar oferecidos aos participantes.

No exercício de 2023, ocorreu a privatização da Patrocinadora Corsan, com a transferência do controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul para o Consórcio AEGEA, formado pela AEGEA Saneamento e pelos fundos administrados por Perfin e Kinea. Com a privatização, houve uma modificação na regulação jurídica da Fundação, que em 22/04/2024 deixou de ser regida pela Lei Complementar 108/2001, passando a ser regulada exclusivamente pela Lei Complementar nº 109/2001 e legislações complementares.

No dia 26/02/2024 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da FUNCORSAN proposta de alteração estatutária, que após manifestação da patrocinadora CORSAN e disponibilização para conhecimento dos participantes e assistidos, em 11/06/2024 foi encaminhada para análise e aprovação da Previc, onde, na data de encerramento do exercício encontrava-se na fase de análise prévia a aprovação.

A mudança decorrente da privatização da Corsan e da relação regulatória não afeta a apresentação das demonstrações contábeis e nem os compromissos da Patrocinadora em relação ao Plano de Benefícios.

1.3. Plano de Benefícios

A Funcorsan administra o Plano de Benefícios Definido BD nº 001, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios da Previc sob o número 19.790.038-74.

Em 10/07/2023, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a autorização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio da Portaria PREVIC nº 574, de 05 de julho de 2023, aprovando as alterações propostas ao Regulamento do Plano de Benefícios BD nº 001. As alterações regulamentares aprovadas visavam à efetivação de um Plano de Equacionamento do Déficit Técnico, referente ao resultado apurado pelo Plano de

Benefícios no encerramento do exercício de 2021 (PED 2021). Dentre os ajustes da alteração do Regulamento, está o fechamento do Plano de Benefícios BD nº 001 para a entrada de novos participantes a partir de sua publicação.

1.4. CNPJ por Plano de Benefícios

A Fundação Corsan possui um plano de benefícios e está em conformidade com a legislações vigentes sendo o CNPJ – 48.306.597/0001-23 vinculado ao plano de benefícios existente, e o CNPJ – 89.176.911/0001-88 permaneceu para Entidade Fundação Corsan administradora de planos de benefícios, em conformidade a legislação que rege as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

De acordo com o § 1º, art. 5º, da resolução CNPC nº 46/2021, o CNPJ não confere personalidade jurídica própria ao plano de benefícios, e, portanto, as obrigações acessórias estarão concentradas no CNPJ da entidade.

1.5. Fontes de recursos

Para a consecução dos seus objetivos, a Funcorsan obtém recursos decorrentes de:

- Contribuição mensal de participantes ativos e assistidos;
- Contribuição mensal das patrocinadoras, Corsan e Fundação Corsan, mediante o recolhimento de percentuais de suas folhas de remuneração;
- Receitas de aplicações do patrimônio.

1.6. Destinação dos recursos

Os benefícios, com base no Regulamento do Plano, são calculados de acordo com as Notas Técnicas Atuariais emitidas pelo atuário responsável, ao qual também competem os cálculos e estudos atuariais, perante a massa de participantes, aos órgãos públicos e a própria Funcorsan.

O Plano de Benefícios congrega:

Valores Expressos em R\$ Mil

Plano de Benefícios Definido BD nº 001		
Participantes	2024	2023
Ativos	1.789	3.077
Assistidos	4.564	4.420
Total	6.353	7.497

O número de participantes do plano, no ano de 2024 sofreu uma variação significativa em relação ao ano de 2023, sendo que a redução no número de participantes ativos na ordem de 41,86% se deve ao fechamento do plano para ingresso de novos participantes, migração de ativo para a condição de assistido e principalmente a evasão do plano em decorrência do desligamento do quadro de empregados do patrocinador. Quanto ao número de assistidos, o aumento de 3,26% decorre da passagem de ativos para a condição de assistidos.

1.7. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelo Plano de Benefícios administrado pela Funcorsan foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa e Orçamento Anual, aprovados pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

As operações administrativas são registradas conforme Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021 e Resolução PREVIC nº23, de agosto de 2023, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado do Plano de Benefícios Previdenciais, conforme os Anexos "I - Planificação Contábil Padrão" e "III - Modelos e Instruções de preenchimento das Demonstrações Contábeis".

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e diretas), deduzidas das despesas da administração dos planos previdenciais, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação do Plano de Benefício Previdenciário no Fundo Administrativo – PGA foi registrada nas contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo, no respectivo Plano de Benefício.

17

1.8. Custeio Administrativo

São os recursos destinados à cobertura das despesas administrativas da Funcorsan, cujas fontes de custeio podem ser: contribuição dos participantes e assistidos; contribuição dos patrocinadores; reembolso dos patrocinadores; resultado dos investimentos; receitas administrativas; fundo administrativo; dotação inicial e doações.

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, observados os regulamentos dos Planos de Benefícios e PGA, e estão expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Até 22/04/2024 a Funcorsan estava enquadrada na Lei complementar 108/2001, cujo limite anual de destinação de recursos dos planos de benefícios ao PGA, estabelecido na Resolução CNPC nº 48, de 8 de dezembro de 2021, a ser deliberado pelo Conselho Deliberativo da Entidade é um entre os seguintes: Taxa de Administração de até 1% dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios – RGPB ou Taxa de Carregamento de até 9% sobre a soma das contribuições e dos benefícios. A partir de 22/04/2024, com o enquadramento exclusivamente à Lei Complementar 109, os limites de destinação de recursos ao PGA são definidos exclusivamente pelo Conselho Deliberativo.

O Conselho Deliberativo da Funcorsan estabeleceu como limite para o exercício de 2024, o 1º limitador – Taxa de Administração fixando em 0,49% (0,61% em 2023) o limite percentual incidente sobre os Recursos Garantidores das Reservas Técnicas do Plano de Benefícios BD 001.

Para realização das receitas administrativas definiram os percentuais para o exercício de 2024, a Taxa de Carregamento Previdencial de 6,86% sobre a base das receitas de contribuições dos Ativos e a Taxa de Administração dos Investimentos de 0,30% sobre a base dos Recursos Garantidores da Reservas Técnicas.

No exercício de 2024 o montante de recursos destinados ao Plano de Gestão Administrativa foi de R\$ 9.594 mil (R\$ 12.634 mil em 2023), realizando uma Taxa de Administração equivalente de 0,47% (0,59% em 2023), com as despesas sendo realizadas abaixo do limite aprovado pelo Conselho Deliberativo.

1.8.1. Resultado dos investimentos do PGA

No exercício de 2024, a Funcorsan elaborou a Política de Investimentos do PGA, onde alocou 100% dos recursos do Fundo Administrativo em Fundos de Renda Fixa, em conjunto ao Plano de Benefícios, sendo vedada a aplicação nos segmentos de imóveis e empréstimos – na composição da carteira do PGA. As aplicações do PGA permaneceram em conjunto com as do Plano de Benefícios, segregadas por cotas de participação, sendo o controle realizado por carteiras independentes no sistema de custódia e movimentações realizadas através de contas CETIP independentes. A rentabilidade mensal para os Planos é apurada pela variação diária de cotas. No Programa de Gestão Administrativa, no exercício de 2024, o resultado dos investimentos alcançou a Rentabilidade Global de 9,36% (11,86% em 2023), receita líquida de R\$ 1.031 mil (R\$ 1.246 mil em 2023), contribuindo diretamente na cobertura das despesas da Administração dos Planos Previdenciais.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Apresentação

A forma de apresentação das Demonstrações Contábeis e as normas para registro das operações da Funcorsan são determinadas pelas seguintes legislações:

- Resolução PREVIC nº23, de agosto de 2023;
- Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e alterações;
- Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018;
- Resolução CNPC nº 43, de 6 de agosto 2021, e alterações;
- Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 e alterações posteriores;
- Pronunciamentos Técnicos, Instruções e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC - quando aplicável.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações:

- I. **Balço Patrimonial (BP):** Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pela Funcorsan, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.
- II. **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS:** é uma demonstração consolidada e destina-se a evidenciar as mutações dos componentes do Patrimônio Social, no exercício a que se referir e discriminam os recursos, adições e deduções, que contribuíram para o seu aumento ou diminuição, e saldos dos grupos de contas do Patrimônio Social.
- III. **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMALPB:** Esse demonstrativo apresenta a mutação do Plano de Benefício da Funcorsan, sem a participação do Plano de Gestão Administrativa – PGA. O ativo líquido apresentado no início e no fim do exercício representa o valor do patrimônio de cobertura do plano apresentado no Balço. O DMALPB destina-se a evidenciar a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no ativo líquido do plano de benefícios.
- IV. **Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALPB:** Esse demonstrativo apresenta a destinação do patrimônio social do ativo, demonstrando a composição do ativo líquido após o abatimento das obrigações. O ativo líquido de um plano de benefícios é o valor resultante da subtração do ativo total menos o passivo e fundos não previdenciais. Sua apuração tem como objetivo possibilitar a avaliação do grau de cobertura dos compromissos atuariais do plano, representados pelas provisões (reservas) matemáticas, fundos previdenciais e pelo ativo líquido. As informações complementares correspondem ao ajuste de precificação positivo ou negativo, entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços, classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real, utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, observando a legislação vigente. O valor apresentado como Equilíbrio Técnico Ajustado, é o valor de referência para análise do grau de solvência e parâmetro para definição da necessidade e valor de possível equacionamento.

- V. **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (Consolidado):** Apresenta de forma consolidada as contas de resultado, das movimentações da Gestão Administrativa da Entidade. Nele verificam-se as origens dos recursos e a composição dos gastos administrativos, demonstrando a sobra ou insuficiência do mesmo e a avaliação das alterações ocorridas no Fundo Administrativo do Programa de Gestão Administrativa.
- VI. **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPTP:** O demonstrativo evidencia a totalidade dos compromissos do plano de benefícios com seus participantes e assistidos, representados pelas provisões (reservas) matemáticas, a insuficiência ou excesso de recursos representado pelo equilíbrio técnico, o saldo dos fundos previdenciais, bem como as obrigações operacionais e contingenciais.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A estrutura da planificação padrão contábil das Entidades Fechadas de Previdência Complementar reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos observa as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, de tal maneira que proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade ao item 63 da NBC TG 26.

A escrituração contábil dos Planos de Benefícios é inteiramente segregada, permitindo a apuração de resultados por Planos de Benefícios. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de reais de forma consolidada, por Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Os principais valores ativos e passivos estão demonstrados como segue:

3.1. Apuração do Resultado:

As adições e deduções da Gestão Previdencial, receitas e despesas da Gestão Administrativa, as

rendas/variações positivas e deduções/variações negativas do Fluxo de Investimentos, bem como as variações patrimoniais são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

3.2. Ativo disponível:

Representado pelos valores de realização. Destina-se ao registro das disponibilidades existentes em caixa e bancos.

3.3. Ativo realizável:

Composto pelas seguintes gestões:

a) Gestão Previdencial: Composta pelas contribuições do mês e pelos contratos firmados com a Patrocinadora Corsan. Representados pelos valores de realização, incluindo, quando for o caso, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, diminuídos de provisão para perdas. Adicionalmente registra os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências da Gestão Previdencial.

b) Gestão Administrativa: A gestão administrativa registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da Entidade. Reconhece contabilmente os recursos a receber referentes às contribuições para o custeio administrativo previsto na avaliação atuarial, outros direitos a receber e provisões da gestão administrativa.

A apuração da participação do plano de benefício no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é feita da seguinte forma:

- i. A rentabilidade dos recursos do Fundo Administrativo aplicados, será apurada de acordo com a variação das cotas dos fundos investidos.
- ii. Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos da taxa de carregamento sobre as contribuições dos participantes e patrocinadores, e os créditos oriundos da taxa administrativa para cobertura das despesas de investimentos são reconhecidos nas Receitas Administrativas no Plano de Gestão Administrativas.

- iii. A totalidade das despesas será reconhecida na Gestão Administrativa/Despesas/ Administração dos Planos Previdenciais, conforme a execução do orçamento aprovado para o exercício, deduzidas as receitas administrativas. O resultado mensal será debitado/creditado no Fundo Administrativo;
- iv. As despesas administrativas com contingências jurídicas da Gestão Administrativa serão reconhecidas e deduzidas da participação do Fundo Administrativo;
- v. As despesas administrativas específicas da gestão de investimentos serão suportadas pelo custeio administrativo dos investimentos, com custos determinados na legislação.

c) Investimentos: Composto pelas seguintes modalidades de investimentos:

I. Fundos de Investimentos: Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do Balanço, demonstrados pelo seu valor de mercado, diminuído de provisão para perdas conhecidas.

II. Investimentos Imobiliários: Os investimentos imobiliários são demonstrados ao custo de aquisição e ajustados, anualmente, por meio de avaliações a valor de mercado, definidos nos laudos técnicos de avaliação e conforme a legislação vigente. Integram ainda os “Investimentos Imobiliários”, em conformidade com a legislação específica, os créditos decorrentes de vendas a prazo de imóveis da Funcorsan, registrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e diminuídas das provisões para perdas na realização, até o valor de mercado para imóveis em discussão judicial, e pelos valores em inadimplência para os créditos que não se encontram em discussão judicial. A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos imobiliários é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias em atraso, atendendo o disposto na Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023 – Art. 199.

23

III. Operações com participantes: registrados pelo valor principal acrescido dos encargos contratuais incorridos até a data do encerramento das demonstrações contábeis, e líquidos de provisão para fazer frente a possíveis perdas na realização dos créditos que se encontram em discussão judicial e parcelas vencidas em atraso.

IV. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD: A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido e vincendo, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto nos critérios estabelecidos no Art. 199 da Resolução Previc nº23 de 14 de agosto de 2023, consideram as avaliações da administração quanto ao risco de perda dos ativos. Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa são adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

Percentual de provisão	Classificação por nível de atraso
I - Provisão mínima de 1%	atraso entre 31 e 60 dias
II - Provisão mínima de 5%	atraso entre 61 e 90 dias
III - Provisão mínima de 10%	atraso entre 91 e 120 dias
IV - Provisão mínima de 25%	atraso entre 121 e 180 dias
V - Provisão mínima de 50%,	atraso entre 181 e 240 dias
VI - Provisão mínima de 75%	entre 241 e 360 dias
VII - Provisão de 100%	atraso superior a 360 dias.

3.4. Imobilizado e Intangível:

Registra o valor de bens e direitos imobilizados, além de recursos em despesas que contribuirão para formação do resultado de mais de um exercício. Os itens do ativo Imobilizado e Intangível estão contabilizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações ou amortizações. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais apresentadas a seguir:

Valores Expressos em R\$ Mil

Imobilizado e Intangível	Taxa Anual Depreciação	Custo Inicial	Aquisições	Baixas	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Saldo Final 2024	Saldo Final 2023
Instalações	10%	190	12	(4)	198	(154)	44	43
Móveis e Utensílios	10%	180	129	(28)	281	(148)	133	12
Máquinas e Equipamentos	10%	179	15	(1)	193	(157)	36	31
Computadores e Periféricos	20%	835	252	(185)	902	(596)	306	188
Total Imobilizado		1.384	408	(218)	1.574	(1.055)	519	274
Software	20%	1.073	168	(38)	1.203	(924)	279	224
Total do Intangível		1.073	168	(38)	1.203	(924)	279	224
Total Imobilizado e Intangível		2.457	576	(256)	2.777	(1.979)	798	498

3.5. Passivo exigível operacional:

Representa as obrigações incorridas e contratadas, assim como as provisões para cobertura de riscos.

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	2024	2023
Gestão Previdencial	53.402	59.240
Benefícios a Pagar*	3.183	3.093
Retenções a Recolher	4.672	6.188
Outras Exigibilidades	45.547	49.959
Gestão Administrativa	1.708	1.748
Contas a Pagar	1.309	1.330
Retenções a Recolher	265	277
Outras Exigibilidades	134	141
Investimentos	986	1.008
Fundos de Investimento	34	32
Investimentos Imobiliários	85	71
Operações com Participantes	27	22
Outras Exigibilidades	840	883

*Benefícios a Pagar – Valor correspondente a Pecúlios a pagar que aguardam a habilitação dos beneficiários.

3.5.1. Outras exigibilidades:

Composição dos registros contábeis relativos aos saldos das rubricas com a denominação “Outros (as)”, que ultrapassaram, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2024	2023
Gestão Previdencial - Exigível		
Outras Exigibilidades	45.547	49.960
Consignações a recolher	449	1.285
Transitória (Taxa Administrativa Previdenciária para o PGA)	143	205
Créditos a devolver	-	8
Resgate -Inscrição Cancelada Sem Rescisão	44.955	48.462

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2024	2023
Gestão Administrativa - Exigível		
Outras Exigibilidades	134	141
Farmácia	1	1
Seguro e Consignações	1	-
INSS a recolher - Terceiros	1	-
Contribuição Patrocinadora Funcorsan	103	103
Desconto empréstimos folha a repassar	11	9
Aluguel e Encargos a pagar para o Plano	17	28

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2024	2023
Investimentos - Exigível		
Outras Exigibilidades	840	883
Fornecedores Investimentos	11	10
Créditos bancários a classificar	287	292
Custeio Administrativo dos Investimentos	542	581
Cobertura da Gestão Administrativa dos Investimentos	506	533
Transferência Taxa Administrativa dos Empréstimos	36	48

3.5.1.1. Consignações a recolher

Os valores descontados da folha de benefícios, que foram autorizados pelos assistidos a serem repassados as entidades ou empresas designadas (associações, sindicatos, plano de saúde, etc.).

3.5.1.2. Resgate – Inscrição Cancelada Sem Rescisão

Segregamos os valores relativos as Reservas de Poupança não resgatadas dos participantes que possuem sua inscrição cancelada junto ao plano de benefícios BD001 e continuam mantendo vínculo empregatício com a Patrocinadora. Após a segregação o registro da movimentação e a atualização dos valores, pelo índice INPC, ocorre mensalmente.

3.5.1.3. Créditos Bancários a Classificar

Os valores creditados em conta bancária sem a correspondente identificação da contraparte, são reconhecidos contabilmente na conta de Créditos a Classificar para a identificação da correspondente apropriação de receita até o final do exercício subsequente.

3.6. Exigível contingencial:

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais relativas a questões de origem Previdencial, Administrativa e de Investimentos mantidas contra a Funcorsan, podendo vir a gerar ou não o desembolso pela Entidade. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos, Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 16 de setembro de 2009. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados responsáveis pelos respectivos processos.

3.7. Patrimônio de Cobertura do Plano

São recursos líquidos dos planos de benefícios, representados pelo resultado da equação contábil apurada pela diferença entre o Ativo Total e o Passivo Exigível (operacional e contingencial) e dos Fundos Previdencial, Administrativo e o de Garantia das Operações com Participantes.

3.8. Provisões Matemáticas:

Valores referentes aos compromissos previdenciários, constituído com base em Nota Técnica Atuarial, incluindo benefícios concedidos e a conceder e o Equilíbrio Técnico, com base no Plano de Benefícios da Entidade.

3.9. Fundos:

Registram os resultados acumulados obtidos pela Entidade nos Fundos Administrativos e de Investimentos.

3.10. Recursos do Plano de Gestão Administrativa – PGA:

Os recursos da gestão administrativa, relativos à sobrecarga administrativa, são contabilizados na Gestão Previdencial e transferidos desta para a Gestão Administrativa para cobertura das despesas administrativas.

4. REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Demonstrado da seguinte forma:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2024	2023
Realizável - Gestão Previdencial	410.294	410.296
<u>Recursos a Receber</u>	<u>392.738</u>	<u>391.088</u>
Contribuições do mês	4.695	6.979
Contribuições em atraso	7.683	3.983
Contribuições sobre o 13º salário	90	141
Operações Contratadas – Déficit Técnico Contratado	379.507	379.259
Outros recursos a receber – Recuperação de Benefício	763	726
<u>Adiantamentos</u>	<u>266</u>	<u>266</u>
<u>Depósitos Judiciais/Recursais</u>	<u>17.290</u>	<u>18.942</u>

4.1. Contribuições em atraso

O montante registrado na conta provém relevantemente da realização da cobrança dos recursos necessários à Recomposição das Reservas Matemáticas de participantes que obtiveram a revisão judicial de seus benefícios, ou a inscrição de novos Beneficiários após o Participante ter entrado em gozo de Aposentadoria, conforme previsto no Regulamento do Plano de Benefícios BD nº 001 da Funcorsan.

Registramos ainda, em decorrência do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado com a Previc em 10 de junho de 2014, o valor de R\$ 37.867 mil referente à cobrança da Patrocinadora Corsan, relativo ao equacionamento de déficit originado em 31 de dezembro de 2008, conforme disposto na Ata nº 519/2014 do Conselho Deliberativo, encaminhamento Padrão Previc nº 100/2014 e Parecer da Mirador Atuarial nº 315/2015. Ainda, efetuamos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa em setembro de 2016, conforme registrado na Ata nº 680/2016 da Diretoria Executiva, a qual se encontra em cobrança da dívida via judicial. O total do valor ajuizado se encontra 100% (cem por cento) provisionado.

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2024	2023
Contribuições em Atraso	7.683	3.983
Patrocinadores	39.298	38.052
Participantes	12.560	10.670
Autopatrocinados	47	76
(-) Perdas Estimadas	(44.222)	(44.815)

4.2. Operações Contratadas - Déficit Técnico Contratado

A composição dos saldos é a que segue:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2024	2023
Déficit Técnico Contratado	379.507	379.259
Instrumentos com Cláusulas Financeira e Atuarial	379.507	379.259

No exercício de 2023, efetuamos o reconhecimento contábil “Contrato de Equacionamento do Déficit Técnico apurado no exercício de 2021 pelo Plano BD-01”, em atendimento ao Plano de Equacionamento do Resultado Deficitário do exercício de 2021, fundamentado nas Demonstrações Atuariais, Regulamento do Plano de Benefícios BD-01, bem como Parecer Atuarial, conforme legislação vigente, Resolução CNPC Nº 42, de 6 de agosto de 2021, a Resolução CNPC nº 30/2018 e a Resolução PREVIC nº 23/2023.

5. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra os recebíveis inerentes à gestão administrativa da Entidade, tais como os decorrentes

da folha de pagamento de empregados, os depósitos judiciais/recursais relativos às contingências do Plano de Gestão Administrativa e a taxa de administração e carregamento, e demais direitos. Em conformidade com a Resolução CNPC nº 48, de 08 de dezembro de 2021, Resolução PREVIC nº 23/2023, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

Demonstrado da seguinte forma:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2024	2023
Realizável - Gestão Administrativa	4.247	4.255
Contas a receber	696	786
Despesas antecipadas	59	251
<u>Depósitos Judiciais/ Recursais</u>	<u>3.492</u>	<u>3.218</u>
Depósitos Judiciais Recursais	41	302
Depósitos Judiciais Pis e COFINS	3.451	2.916

A Fundação Corsan está sujeita à tributação do PIS e da COFINS, nos termos da Lei 9.718/1998. Por haver divergências da gestão quanto a incidência desta cobrança, no exercício de 2019, a entidade iniciou o depósito através da via judicial, com suporte na ação que discute a incidência de cobrança do PIS e da COFINS no custeio administrativo.

O Fundo Administrativo do PGA tem a seguinte composição:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2024	2023
Valor total do Fundo	13.671	14.387
<u>Depósitos Judiciais/ Recursais</u>	<u>3.492</u>	<u>3.218</u>
Valor do Fundo líquido dos depósitos judiciais/recursais	10.179	11.169

6. REALIZÁVEL – APLICAÇÕES DE INVESTIMENTOS

Os limites de investimentos da Entidade são estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022, do Conselho Monetário Nacional, que consolida o Regulamento que disciplina a aplicação dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Com base neste Normativo é elaborada anualmente a Política de Investimentos, que regra a gestão e alocação dos recursos da EFPC.

6.1. Rentabilidade Global

No ano de 2024, no que se refere ao desempenho dos investimentos, o Fundo Garantidor da Funcorsan atingiu o resultado em 5,50%, versus a Meta Atuarial de 9,73%.

Impactaram no exercício, a rentabilidade dos investimentos abaixo do esperado, em decorrência das condições adversas do mercado, bem como os valores contingenciados em decorrência de ações revisionais de empréstimos ajuizadas pelos participantes mutuários, além da reavaliação dos imóveis que tiveram seus valores ajustados para menor durante o período, impactados pelas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul.

O fluxo consolidado dos investimentos é calculado considerando as variações positivas e negativas pelos segmentos de Renda Fixa, Multimercado, Investimento Estruturado, Imobiliário e Empréstimos inclusive Investimentos no Exterior, ao longo do ano e se houverem investimentos nessas classes.

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2024	2023
Fluxo de Investimentos	110.573	267.927
Rendas/Variações Positivas	326.752	382.278
Deduções/Variações Negativas	(193.583)	(119.988)
Contingências Judiciais	(15.607)	12.705
Despesas Administrativas	(6.894)	(7.135)
Fundo Administrativo de Investimentos	(95)	67

A distribuição dos investimentos é a seguinte:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2024	2023
Títulos Públicos Federais	1.411.716	1.310.028
Ativos Financeiros de Crédito Privado	-	-
Debêntures Não Conversíveis	2.862	2.862
(-) Provisão para perdas	(2.862)	(2.862)
Fundos de Investimentos	538.929	708.443
Fundo de Renda Fixa	293.380	295.436
Fundo de Ações	39.910	46.586
Fundo Referenciado em Ações (ETF)	-	14.608
Fundo de Investimento em Participações - FIP	4.668	4.729
Fundo Multimercado Renda Fixa	-	119.564
Fundo Multimercado Estruturado	200.971	227.520
Fundo de Investimento no Exterior	-	-
Valores a Receber - Precatórios	-	18.386

6.2. Companhias Fechadas

O valor registrado em Debêntures Não Conversíveis, referem-se à aquisição de 800 debêntures emitidas em 1991, pela SDV–Administradora de Shopping Center S/A, com garantia da DHB – Indústria e Comércio S/A. Com o descumprimento dos resgates, em 2002 foi realizado o ingresso de ação judicial de cobrança, o que motivou o provisionamento para perdas em 100% do ativo.

A Funcorsan move processo Judicial contra SDV Administradora de Shopping Center S/A e DHB Indústria e Comércio (cujo valor da causa é R\$ 29.565 mil com posição em 10/04/2017 - prognóstico perda possível). Sobreveio, no processo, a suspensão do feito, em razão da apresentação de Embargos de Terceiros opostos por Companhia Zaffari Comércio e Indústria, adquirente dos imóveis penhorados em favor da Entidade. Os referidos Embargos de Terceiro foram sentenciados improcedentes, em 23/08/2024, tendo sido interposta Apelação pela Companhia Zaffari Comércio e Indústria, com a distribuição do recurso, em 11/02/2025, para a 13ª Câmara Cível do TJRS, com remessa ao gabinete do Desembargador Relator.

6.3. Títulos Públicos

A carteira própria da Fundação obteve valor acumulado no ano de R\$ 1.411.716 mil. A carteira é composta por Títulos Públicos Federais (Notas do Tesouro Nacional série B), onde a maioria dos papéis tem como objetivo a manutenção até seu vencimento (MtC).

6.4. Fundos de Investimentos

Em dezembro de 2024, a carteira dos Fundos de Investimentos da Funcorsan estava composta da seguinte maneira: um Fundo de Renda Fixa, um Fundo de Fundos (FOF), cotas em um Fundo de Ações e cotas em um Fundo de Investimento em Participações (FIP):

6.4.1. Renda Fixa: O Fundo Quaraí – Fundo restrito de Investimentos em Renda Fixa, representa aproximadamente 14,51% do Fundo Garantidor da Entidade. O fundo é composto por Notas do Tesouro Nacional, considerados “títulos para negociação” (MtM), além de ativos atrelados à SELIC. Já na carteira própria encontram-se as NTN-B’s (Notas do Tesoura Nacional tipo B) precificadas a

vencimento (MtC). Além dos títulos marcados a vencimento, a carteira própria possui alguns títulos “para negociação” (MtM). No final do ano de 2024, os títulos alocados em carteira própria representavam 70,17% do Fundo Garantidor.

6.4.2. Renda Variável: No início do ano a carteira da Fundação contava com dois veículos de renda variável o fundo Oceana Valor FIC FIA (fundo não-exclusivo, composto por ativos expostos à variação de preços de ações de emissão de Companhias Abertas, que visam a diversificação da estratégia de investimento da Funcorsan) e investimento em índice de mercado, mais conhecidos como ETF (*exchange traded fund*), neste caso o ETF *Ishares* IBOV (BOVA11). Aproveitando uma oportunidade de mercado e buscando dar mais liquidez para a carteira, a posição de BOVA11 foi totalmente vendida em dezembro. Dessa forma, o segmento de renda variável em sua totalidade representa cerca de 1,97% do Fundo Garantidor.

6.4.3. Investimentos Estruturados: O Fundo de Fundos (FOF) Tivio Uruguai FIC Multimercado comporta cotas dos seguintes fundos: *Legacy* Capital II FIC Multimercado, *Genoa* Capital Radar VT FIC Multimercado, *Kinea* Atlas FI Multimercado, *Kapitalo* Zeta FIC Multimercado, *Clave* Alpha Macro II FIC Multimercado, *Absolute* Vertex II FIC Multimercado e *Gávea* Macro VT FIC Multimercado - têm como característica a alocação em investimentos que envolvam estratégias globais, principalmente, nos mercados de juros, índices de preços, taxas de câmbio, commodities, ações e derivativos. Estes fundos representam aproximadamente 10% do Fundo Garantidor da Entidade. Também está classificado neste segmento de estruturados, o *Empreendedor* Brasil Multiestratégia Fundo de Investimento em Participações – FIP, representando 0,23% do Fundo Garantidor da Entidade. No ano foram resgatados de forma total os fundos *Ibiuna* Hedge ST FP FIC Multimercado e *JGP* Strategy Estruturado.

6.5. Ativos Por Vencimento

Em dezembro de 2024, a carteira de investimentos da Funcorsan estava assim distribuída com relação ao vencimento:

Modalidade	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2024	2023
1) Renda Fixa	1.705.615	1.713.331
a) Aplicações em instituições financeiras:	1.705.615	1.713.331
<u>Sem prazo</u>	62.663	68.348
Operações compromissadas – Adelic	62.663	68.348
<u>Até 30 dias</u>	38	(26)
Contas a pagar / Receber / Tesouraria	38	(26)
<u>Acima de 90 dias</u>	1.642.914	1.645.009
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	212.144	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	1.430.770	1.645.009
2) Renda Variável	39.910	61.194
a) Mercado à Vista	39.910	61.194
Fundos de Investimentos Abertos	39.910	61.194
3) Investimentos Estruturados	205.120	232.250
a) Fundos de Investimentos	205.120	232.250
Fundos de Investimentos Estruturados	205.120	232.250
Total dos Fundos de Investimentos + carteira própria	1.950.645	2.006.775

Relativo à Renda Variável, a maior parte dos investimentos encerrou o exercício alocada nos seguintes setores: Bancos, Serviços Financeiros e Securitizadoras, Mineração, Energia Elétrica, Petróleo, Gás e Biocombustíveis e Exploração de Imóveis.

6.6. Investimentos em imóveis

A seguir apresentamos o demonstrativo dos investimentos em imóveis da Funcorsan:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2024	2023
Investimentos em Imóveis	82.556	89.113
Aluguéis e Renda uso próprio	3.669	3.306
Aluguéis e Renda locados a patrocinador	1.538	1.511
Aluguéis e Renda locados a terceiros	78.198	84.736
Direito em Alienações de Imóveis e Terrenos	6.750	6.950
(-) Perdas Estimadas – Investimento em Imóveis	(7.599)	(7.390)

6.6.1. Reavaliação de imóveis

A reavaliação dos imóveis é realizada anualmente, com reconhecimento pelo valor justo apurado através de laudo de reavaliação. No registro contábil das operações com investimentos em imóveis devem contabilizar o resultado da mensuração dos imóveis pelo valor justo, positivo ou negativo, de uma única vez, em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", com base em laudo técnico de avaliação, emitido anualmente". A Funcorsan adota como critério a reavaliação anual ou quando do recebimento de proposta para venda. Demonstramos, no quadro a seguir, as reavaliações reconhecidas no exercício de 2024:

Valores Expressos em R\$ Mil

LOCADOS A PATROCINADORA							
Status ocupação	Quant.	Valor contábil dezembro/2023	Reavaliação Anual 2024	Diferença R\$	Variação %	Valor contábil dezembro/2024	Empresa Reavaliação
Ocupado	1	1.157	981	(176)	(15,21)	981	Andrade Lopes Engenharia CNPJ: 03.074.611/0001-72

Valores Expressos em R\$ Mil

LOCADOS USO PRÓPRIO								
Status ocupação	Quant.	Valor contábil dezembro/2023	Reavaliação Anual 2024	Diferença R\$	Variação %	*Atualização de Avaliação	Valor contábil dezembro/2024	Empresa Reavaliação
Ocupado	1	3.278	3.430	152	4,64%	3.652	3.652	Andrade Lopes Engenharia CNPJ: 03.074.611/0001-72

Valores Expressos em R\$ Mil

LOCADOS A TERCEIROS								
Status ocupação	Quant.	Valor contábil dezembro/2023	Reavaliação Anual 2024	Diferença R\$	Varição %	* Atualização de Avaliação	Valor contábil dezembro/2024	Empresa Reavaliação
								Andrade Lopes Engenharia
								CNPJ: 03.074.611/0001-72
Desocupado	13	84.114	84.950	835	0,99	77.513	77.513	CP2 Engenharia Diagnostica e Avaliações Ltda. - CNPJ: 22257957/0001-50
Ocupado	22							Bolsaval avaliações CNPJ: 87946638/0001-06

* A atualização de avaliação, mencionado nas tabelas acima, refere-se ao saldo do ano de 2024 e quando necessário atualizado devido avaliação do imóvel no decorrer do ano, geralmente por motivo de oferta de venda do imóvel, no qual necessita de avaliação. Considera-se também como alteração anual no ano de 2024 a mudança de alguns dos imóveis que tiveram sua classificação de unidade de negócio alterada, passando de “uso próprio” para “Unidade Locado para terceiros” e o contrário.

6.6.2. Aluguéis e Renda de Uso próprio

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados para uso próprio. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, atualizados através de reavaliações. Esses imóveis são rentabilizados através de aluguel pelo Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme orientações da legislação aplicável em vigor. No exercício de 2024, o aluguel foi corrigido conforme critério alinhado ao mercado imobiliário com previsões anuais de correção monetária, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Valores Expressos em R\$ Mil

Situação	Aluguéis Locados para Uso próprio			
	2024		2023	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	1	218	6	290
Total	1	218	6	290

A diferença apresentada na quantidade dos imóveis locados para Uso próprio entre o ano de 2023 para o ano de 2024, dá-se pelo fato do encerramento do contrato de locação dos imóveis locados para o Plano PGA, classificados na unidade de negócio “Uso próprio”, passando a ser

classificado na unidade de negócio, “Locados para terceiros”, e registrado no ano de 2024, o novo contrato de locação de 1 (um) imóvel para o Plano PGA. O saldo de 2024 compõe os valores de locação dos conjuntos até junho de 2024. Efeito da mudança do endereço da Sede da Funcorsan em setembro de 2024.

6.6.3. Aluguéis e Renda Locados a Patrocinadora

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados à locação para a Patrocinadora. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, conforme reavaliações realizadas consoante às normas aplicáveis.

Valores Expressos em R\$ Mil

Situação	2024		2023	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	1	160	1	106
Total	1	160	1	106

No ano de 2024, os aluguéis que se encontravam pendentes de pagamento desde 2021, e em cobrança administrativa junto a Patrocinadora Corsan, foram quitados em sua quase totalidade em dezembro de 2024.

6.6.4. Aluguéis e Renda para Locados a Terceiros

Correspondem aos investimentos em imóveis destinados à locação para terceiros. Os saldos representam os valores de mercado dos imóveis, conforme reavaliações realizadas consoante normas aplicáveis ou, no caso dos imóveis retomados, quando da efetivação do distrato com os compradores.

A diferença na quantidade dos imóveis entre o ano de 2023 para o ano de 2024, dá-se pelo fato do encerramento do contrato de locação dos imóveis locados para o Plano PGA classificados na unidade de negócio “Uso próprio”, após a desocupação os imóveis passam a ser classificados na unidade de negócio “Locados para terceiros”.

Valores Expressos em R\$ Mil

Situação	2024		2023	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Locado	22	4.350	22	4.002
Desocupado	13	-	8	-
Total	35	4.350	30	4.002

* A quantidade de imóveis é considerada individualmente. Exceto o conjunto dos 26 apartamentos e 14 boxes que fazem parte do POOL hoteleiro e que estão consolidados e considerados como 1 unidade e os 17 Boxes localizados na Rua Santo Antônio que estão consolidados e considerados como 1 unidade.

6.6.5. Direitos em Alienações de Investimentos

Correspondem às parcelas a receber relativas à venda de imóveis. Os contratos possuem prazos e condições variadas. Incidem sobre esses créditos a atualização monetária, conforme os índices de preços e juros remuneratórios, calculados com base em taxas reais anuais. Parte dos imóveis alienados encontra-se em discussão judicial, os quais geram provisões. A composição da carteira de alienados em 31 de dezembro dos exercícios de 2024 e 2023 é a seguinte:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2024	2023
Direitos em Alienações de Investimentos	6.750	6.950
Alienados	-	200
Contratos em processo judicial - Inadimplentes	6.750	6.750
Depósitos Judiciais	-	-
(-) Provisão para perdas imóveis alienados	(6.750)	(6.750)

O valor apresentado na provisão de contratos em processos Judiciais- inadimplentes 2024 corresponde aos provisionamentos de juros e correção monetária dos contratos em inadimplência contabilizados até a data 31/10/2023, onde nesta data foi recomendado pela Auditoria Externa e acatado pela entidade o seguinte: “as provisões que já alcançaram 100% do valor devido NÃO devem ser atualizadas devido ao efeito econômico ser zero.” Sendo assim, a desde o dia 31/10/2023 o valor está congelado sem reajuste mensal de juros e correção monetária.

6.7. Empréstimos à participantes

Os empréstimos à participantes são registrados de acordo com os contratos. Os juros e correções são reconhecidos pela competência. Os valores provisionados referem-se aos contratos que estão em cobrança judicial e prestações em atraso.

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	2024	2023
Empréstimos e Financiamentos	21.039	27.707
Empréstimos a receber	21.266	27.800
Inadimplência	586	620
Devedores Judiciais	3.296	3.024
(-) Perdas Estimadas - Empréstimo a Participantes	(4.109)	(3.737)
(-) Provisão Devedores Judiciais *	(3.296)	(3.024)
(-) Provisão Prestações em Atraso **	(813)	(713)

*Corresponde aos contratos sob cobrança judicial.

**Corresponde à observância aos critérios estabelecidos na Resolução PREVIC nº23, de agosto de 2023, pertinentes ao provisionamento das parcelas vencidas e vincendas.

6.8. Investimentos – depósitos judiciais

Registra os depósitos Judiciais/Recursais relativos às contingências dos investimentos

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil	
	2024	2023
Depósitos Judiciais/Recursais	8.485	3.300
Depósitos Judiciais/Recursais – Imóveis	404	257
Depósitos Judiciais/Recursais – Empréstimos	8.081	1.943
Depósitos Judiciais/Recursais - Ativos Financeiros de Crédito Privado	-	1.100

6.9. Recursos a Receber – Precatórios

Precatório recebido em abril/2024, com a conclusão do processo (5004342- 68.2022.4.02.9388) das OFND – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, efetuado a baixa do valor total do processo R\$ 18.703 mil, sendo contabilizada a atualização monetária no exercício de 2024 de R\$ 316 mil, e o valor principal foi reconhecido na composição do resultado no exercício de 2022.

7. PASSIVO CONTINGENCIAL

O Passivo Contingencial é demonstrado segundo rege a na Resolução PREVIC nº23, de agosto de 2023 e em conformidade à norma contábil NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os Passivos Contingentes são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Assim, a Funcorsan contingência conforme as probabilidades de perda identificadas:

Provável	Possível	Remota
Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos.	Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.
A provisão é reconhecida contabilmente.	Nenhuma provisão é reconhecida contabilmente.	Nenhuma provisão é reconhecida contabilmente.
Divulgação é exigida para a provisão.	Divulgação é exigida para o passivo contingente.	Nenhuma divulgação é exigida.

As provisões com a classificação de risco de perda “provável” reconheceram os seguintes montantes:

Valores Expressos em R\$ Mil e Quantidades em unidades

Área de Atuação	Objeto da Ação	2024		2023	
		R\$	Quantidade	R\$	Quantidade
Direito Cível	Benefícios	10.736	31	8.366	21
Direito do Trabalho	Benefícios	16.488	57	23.393	75
Total Gestão Previdencial		27.224	88	31.759	96
Direito Cível	Investimentos	143	2	-	-
Direito Cível	Imóveis	843	5	816	4
Direito Cível	Empréstimos	38.546	495	23.109	484
Total Investimentos		39.532	502	23.925	488
Direito do Trabalho	Reclamatória	107	3	344	2
Total Gestão Administrativa		107	3	344	2
Total Exigível Contingencial		66.863	593	56.028	586

40

7.1 Processos Judiciais – Perdas Possíveis

De natureza cível, trabalhistas e relacionadas ao Plano de Benefícios. Existem diversos processos trabalhistas e relacionados ao Plano nos quais a Funcorsan é parte no polo passivo, para os quais os assessores jurídicos classificam como provável. Estão contabilizados os valores em litígio com a possibilidade de desembolso, e considera os desembolsos incorridos de depósitos judiciais dos processos com classificação de provável perda. Existem ainda processos na esfera cível, vinculados a transações imobiliárias, para os quais a administração da Entidade não mantém expectativa de perdas adicionais àquelas já reconhecidas através das provisões constituídas, conforme legislação vigente. Existem no sistema de controle da área jurídica 763 processos judiciais, que totalizam o montante de R\$ 77.684 mil, com a classificação de risco de perda “possível”, os quais apresentamos classificados por objeto:

Demonstrativo de Quantitativo de Processos Judiciais - Perdas Possíveis		
Natureza	2024	2023
Direito Trabalho	10	8
Direito Cível	753	547
TOTAL	763	555

8. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

8.1. Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas são constituídas sobre as bases atuariais do mês de outubro de 2024, calculadas com referência em dezembro de 2024. As informações foram apuradas pela empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda, responsável pelo plano atuarial gerido pela Entidade e documentadas no DA - Demonstrativo Atuarial. As Provisões Matemáticas são compostas da seguinte forma:

8.1.1. Benefícios concedidos

- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização:** é valor atual dos benefícios a serem pagos pela Entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada, conforme o Plano de Benefício Definido.

- **Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados:** refere-se a Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade.
- **Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados:** compete a benefícios cuja concessão é em função de riscos aleatórios como Morte e Invalidez.

8.1.2. Benefícios a conceder

- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado:** trata-se do valor atual dos futuros Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade.
- **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado:** compreende-se com o valor atual dos futuros Benefícios de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Especial e Idade; cuja concessão é em função de riscos aleatórios como Morte e Invalidez.

8.1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir:

Conforme Instrução Resolução PREVIC Nº 23, de 14 de agosto de 2023, no exercício de 2023 os contratos com as patrocinadoras que possuíam cláusulas contratuais de reajuste atuarial, foram transferidos para o passivo.

Assim, o passivo atuarial, constituído através das Provisões Matemáticas, é composto da seguinte forma:

Valores Expressos em R\$ Mil

Descrição	Exercício 2024	Exercício 2023
Provisões Matemáticas	2.612.499	2.591.173
Benefícios concedidos	2.490.592	2.277.350
Benefícios definido estruturado em regime de capitalização	2.490.592	2.277.350
• Valor atual dos benefícios futuros programados	1.997.502	1.802.156
• Valor atual dos benefícios futuros não programados	493.090	475.194
Benefícios a conceder	448.672	703.759
Benefícios definido estruturado em regime de capitalização programado	420.250	659.191
• Valor atual dos benefícios futuros programados	624.595	972.992
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(99.946)	(153.193)
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(104.399)	(160.608)
Benefício Definido estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	28.422	44.568
• Valor atual dos benefícios futuros não programados	45.078	72.742
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos patrocinadores	(8.328)	(14.087)
• (-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(8.328)	(14.087)
(-) Provisões matemáticas a constituir	(326.765)	(389.936)
Equacionamento de déficit a integralizar	(326.765)	(389.936)
• (-) Patrocinadores (a)	(32.367)	(59.167)
• (-) Participantes (b)	(55.089)	(97.499)
• (-) Assistidos	(239.309)	(233.270)

Observação: a classificação de valores nas provisões matemáticas são conforme critério do Atuário Responsável pelo plano BD 001 (Mirador Assessoria Atuarial Ltda).

8.2. Equilíbrio técnico

Demonstra o resultado acumulado obtido pelo Plano de Benefício. A rubrica Equilíbrio Técnico apresenta os valores referentes ao superávit/déficit técnico acumulado e a reserva especial para revisão de plano.

No encerramento do exercício de 2024 o Plano BD nº001 apresenta o Déficit Técnico de R\$ 271.332 mil (R\$ 154.393 mil em 2023), representando 10,39% (5,95% em 2023) em referência as Provisões Matemáticas Constituídas, sem considerar equilíbrio técnico ajustado pela precificação dos ativos.

Valores Expressos em R\$ Mil

Formação do Resultado do Exercício	Exercício	Exercício	Variação
	2024	2023	%
Saldo Anterior Superávit/Déficit Acumulado (a)	(154.393)	(215.101)	(28,22)
Contribuições Patrocinadora e Participantes	139.631	544.282	(74,35)
Remuneração das Contribuições em Atraso	63	51	23,53
Reajustes dos Contratos c/Patrocinadora	35.272	1.003	3.416,65
Resultado dos Investimentos	109.543	266.682	(58,92)
Despesas Previdenciais	(381.676)	(324.635)	17,57
Provisão/Reversão de Contribuições	(2.610)	(850)	207,06
Contingência Previdencial	4.536	(1.631)	(378,11)
Provisões Matemáticas	(18.326)	(417.889)	(95,61)
Custeio Previdencial - Cobertura de Despesas Administrativas	(3.372)	(6.305)	(46,52)
Total da Variação no Exercício (b)	(116.939)	60.708	(292,63)
Saldo Superávit/Déficit Acumulado (a + b)	(271.332)	(154.393)	75,74

9. FUNDOS

Os fundos são recursos econômico-financeiros com destinação específica, voltados a suprir as necessidades das atividades desenvolvidas pela Funcorsan:

- a) **Fundo Administrativo** – é formado pelo resultado entre valores recebidos para o custeio administrativo da Funcorsan, o fluxo dos investimentos e as despesas administrativas. O resultado do Fundo Administrativo observou a reversão para o custeio administrativo o montante de R\$ 716 mil. O saldo do fundo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 13.671 mil (R\$ 14.387 mil em 2023), sendo que este montante é composto de R\$ 1.030 mil de Fundo Administrativo Compartilhado, conforme legislação vigente.
- b) **Fundo para Garantia das Operações com Participantes** – é formado pela taxa de quitação por morte sobre os empréstimos concedidos pela Funcorsan, destinado a quitação de saldo devedor de empréstimo pela eventualidade de falecimento do mutuário. No exercício de 2024 as Operações com Participantes constituíram R\$ 95 mil de Fundo para Garantia das Operações com Participantes. O montante do fundo em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 408 mil (R\$ 313 mil em 2023).

10. IMPACTO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL NO RESULTADO

10.1. Regimes e métodos atuariais

Regimes financeiros são métodos de financiamento que garantem o cumprimento de obrigações de planos de benefícios. Os métodos atuariais são utilizados para calcular o passivo atuarial e os custos dos planos. No exercício de 2024, foram mantidos os mesmos da Avaliação Atuarial do encerramento do exercício anterior e estão adequados às características do plano de benefícios, bem como atendem às exigências previstas na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, conforme apresentados na tabela abaixo, por benefício.

Benefício	Regime financeiro	Método de financiamento
Aposentadoria por Idade	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Aposentadoria Especial	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Aposentadoria por Tempo de Contribuição	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Aposentadoria por Tempo de Contribuição de Pessoa com Deficiência	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Pensão por Morte	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Benefício Proporcional Diferido - BPD	Capitalização	Crédito Unitário Projetado
Auxílio-Doença	Repartição de Capitais de Cobertura	Não Aplicável
Auxílio Reclusão	Repartição de Capitais de Cobertura	Não Aplicável
Pecúlio por Morte	Repartição Simples	Não Aplicável

- O Regime Financeiro de Capitalização é um sistema que acumula as contribuições de participantes e empregadores, e aplica esses recursos no mercado financeiro, para garantir o pagamento de benefícios futuros.
- O Regime Financeiro de Repartição de Capitais de Cobertura é um modelo de gestão de riscos financeiros que acumula contribuições para pagar benefícios futuros.
- O método de crédito unitário projetado é usado para estimar o custo final do benefício obtido pelos empregados, determinando quanto do benefício deve ser atribuível aos períodos corrente e anteriores.

Em função da implementação do PED 2021 e da alteração regulamentar correspondente, o Plano de Benefícios foi fechado em 05/07/2023 para o ingresso de novos participantes (entrantes). Desta forma, em virtude do recente processo de privatização da patrocinadora principal (CORSAN), recomenda-se que método de financiamento atualmente utilizado (Crédito Unitário Projetado) seja mantido para o exercício de 2024, tendo em vista a perspectiva de possível adoção de nova estratégia previdencial no Plano de Benefícios (saldamento, migração ou retirada de patrocínio). A reavaliação técnica a respeito da manutenção ou alteração do método de financiamento deverá ser realizada anualmente, a cada avaliação atuarial.

10.2. Cálculo da Taxa de Juros atuarial para o exercício de 2024

A definição da Taxa de Juros Atuarial está baseando nos estudos técnicos da convergência da hipótese financeira de Taxa de Juros Real Anual, em atendimento ao Capítulo III da Resolução CNPC nº 30/2018, em conformidade com Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023. Os estudos visam demonstrar a convergência entre a hipótese de taxa de juros real anual e a taxa de retorno real anual de acordo com a projeção para as aplicações dos recursos garantidores vinculados aos benefícios a conceder e concedidos que tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente e, de forma a assegurar a concessão e manutenção dos benefícios concedidos. Em decorrência do alinhamento da Política de Investimentos da Entidade com a macro alocação de ativos indicada pelo estudo da rentabilidade da carteira de investimentos do Plano, restou demonstrada a possibilidade técnica e legal de manutenção de Taxa de Juros Real Anual 4,74% a. a. ou adoção de premissa compreendida no intervalo de 3,40% a.a. e 5,17% a.a. uma vez que o resultado da TIR do Passivo 5,78% a.a. apurado no estudo é superior ao limite máximo legal de 5,26% a.a., conforme disposto na Portaria Previc nº 308, de 25 de abril de 2024. a Entidade optou para manter a taxa de 4,74% a.a.

10.3. Impactos Apurados na Avaliação Atuarial no Patrimônio

Com base em estudos econômicos e atuariais realizados durante o ano de 2024, com a taxa de juros de 4,74%.

Diante disso, apresentamos quadro que sintetiza o impacto da Avaliação Atuarial nas Provisões Matemáticas do Plano da Funcorsan:

Descrição	Valores Expressos em R\$ Mil		
	Exercício 2024	Exercício 2023	Variação %
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.341.167	2.439.780	(4,04)
<u>Provisões Matemáticas</u>	<u>2.612.499</u>	<u>2.594.173</u>	0,71
Benefícios concedidos	2.490.592	2.277.350	9,36
Benefícios a conceder	448.672	703.759	(36,25)
(-) Provisões matemáticas a constituir	-326.765	-386.936	(15,55)
Equilíbrio Técnico - Déficit Acumulado	-271.332	-154.393	75,74

As variações das Provisões Matemáticas em 2024 culminaram na elevação de 0,71% das provisões totais do Plano, comparativamente ao exercício de 2023, em análise:

- a. As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos montam, em 31/12/2024, R\$ 2.490.592 mil, representando um aumento de 9,36% comparativamente ao montante de R\$ 2.277.350 mil apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2023.
- b. As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder em 31/12/2024, R\$ 448.672 mil, representando uma redução de 36,25% comparativamente ao montante de R\$ 703.759 mil, apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2023.
- c. As Provisões Matemáticas a Constituir em 31/12/2024, R\$ 326.765 mil, representando uma variação negativa de 15,55% comparativamente ao montante de R\$ 386.936 mil, apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2023.
- d. O déficit técnico do Plano aumentou em 75,74%, passando para o montante de R\$ 154.393 mil em 31/12/2023, para R\$ 271.332 mil, no exercício de 2024;
- e. A rentabilidade Global do Plano auferida no exercício de 2024 foi de 5,50%, sendo a taxa de juros de 4,74% e a meta atuarial no período foi de 9,64%. O não atingimento da Meta Atuarial teve efeito negativo no resultado do Plano de Benefícios.

11. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DE ATIVOS – APURAÇÃO DE RESULTADOS E SOLVÊNCIA

A Funcorsan efetuou o procedimento para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, o Ajuste de Precificação dos Ativos, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. A taxa de juros utilizada na Avaliação Atuarial em 2024 é 4,74%.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser a base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial).

Para fins de controle e acompanhamento contábil e financeiro dos títulos objeto dos ajustes de precificação no encerramento do exercício de 2024, demonstramos as informações necessárias:

Valores Expressos em R\$ Mil

Cálculo de Duração do Passivo e Ajuste de Precificação - Previc			
Cálculo ajuste NTN-B e NTN-C			
Dados para cálculo			
Data da Carteira:	31/12/2024		
Taxa de Juros Real Anual	4,74		
Posição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Total	1.180.081	1.387.111	207.030
Análise das Durações	Art. 9º, inciso V, da IN Previc nº 19, de 04/02/2015		
Requisito atendido			
Duração do passivo	12,2086		
Duração dos títulos	12,1904		
Análise dos VP	Art. 9º, inciso III e IV, da IN Previc nº 19, de 04/02/2015		
Requisito atendido			

A *duration* do passivo do Plano BD nº 001 da Funcorsan é de 12,2086 anos em 2024. Com isso, a zona de equilíbrio para o déficit técnico é 8,21%.

O valor apurado (positivo) da precificação dos ativos de R\$ 207.030 mil foi destinado ao equacionamento do déficit e contribuiu para o Equilíbrio Técnico Ajustado, apresentado no item “5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado” do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DALPB. O equilíbrio técnico ajustado acumulado do Plano BD nº 001 da Funcorsan, bem como o índice de Solvência, está a seguir demonstrado:

Valores Expressos em R\$ Mil

Apuração de Resultados - Superávit / Déficit Técnico e Equilíbrio Técnico Ajustado – 2024	
A) Cálculo dos Limites	
1) Saldo Provisões Matemáticas (conta 2.03.01.01)	2.612.499
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado	
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	8,21%
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que pode permanecer ((1) *(2.1)) *-1	(214.450)
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado	
3) Equilíbrio Técnico Contábil (conta 2.03.01.02)	(271.332)
4) Ajuste de Precificação Positivo	207.030
5) = (3) + (4) Equilíbrio Técnico Ajustado	(64.302)
6) = (5) / (1) x 100 = Índice de solvência	-2,46%

Conforme observado, no demonstrativo, o Plano de Benefícios BD nº 001 encerrou o exercício de 2024 com Equilíbrio Técnico Ajustado Deficitário de R\$ 64.302 mil, o que refletindo um índice de solvência de 2,46% (negativo). Este índice está abaixo do limite estabelecido, como zona de equilíbrio mínima que é de 8,21% (negativo).

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018 não é obrigatória a elaboração de plano de equacionamento ao longo do exercício de 2025 pois o valor do Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário foi de R\$ 64.302 mil, é inferior ao Limite do Déficit Técnico Acumulado que pode permanecer de R\$ 214.450 mil que corresponde a 8,21% do valor das Provisões Matemáticas do plano em 31 de dezembro de 2024.

Evidenciamos que no exercício de 2024 o Plano de Benefícios BD 01, mantém o patrimônio em equilíbrio técnico, isto é, não há necessidade de equacionamento do plano de benefícios.

12. EVENTO SUBSEQUENTE

12.1. Portaria Previc Nº 162, de 18 de fevereiro de 2025

Em 18 de fevereiro de 2025, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria Nº 162, aprovou as alterações propostas para o estatuto da Fundação Corsan dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento Corsan (CNPJ Nº 89.176.911/0001-88). Esta aprovação foi baseada nas manifestações técnicas exaradas no Processo Nº 44011.005627/2024-89.

49

A referida portaria foi publicada no Diário Oficial da União em 27 de fevereiro de 2025 e entrou em vigor na mesma data. As alterações estatutárias aprovadas visam aprimorar a governança e a gestão da entidade, refletindo as melhores práticas do setor.

12.2. Impacto no Balanço Patrimonial de 2024

Embora a Portaria tenha sido emitida após o encerramento do exercício de 2024, suas implicações são relevantes para a compreensão da situação patrimonial e financeira da Fundação Corsan. As mudanças estatutárias podem influenciar a estrutura de governança e os processos internos da entidade, com possíveis reflexos em futuras demonstrações financeiras.

**FUNDAÇÃO CORSAN – DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE
SANEAMENTO – CORSAN – CNPJ: 89.176.911/0001-88
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS)**

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2024.

Homero José Batista	Adimilson Luiz Stodulski	Gilmar Antonio Arnt	Baiard Silva Ozorio
Diretor Superintendente	Diretor Financeiro e Administrativo	Diretor de Previdência	Contador
CPF: 310.106.520-87	CPF: 560.601.140-91	CPF: 407.143.810-04	CRC/RS 57.807/O-4 CPF: 653.122.870-91